



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS  
**PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
**DIRETORIA DE GESTÃO DE MATERIAIS**



**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2019**  
**Processo Administrativo n.º23090.034668/2019-11**

**1. DO OBJETO**

**1.1.** Aquisição de mobiliário – cadeiras, poltronas e banquetas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTDDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ITEM DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP - CADEIRA EMPILHÁVEL ERGONÔMICA COM BASE TRAPEZOIDAL - CADEIRA EMPILHÁVEL COM ENCOSTO E ASSENTO FIXOS ERGONÔMICOS, COM ARMAZENAMENTO COM EMPILHAMENTO MÍNIMO DE OITO CADEIRAS E BASE (PÉS) TRAPEZOIDAL. ASSENTO E ENCOSTO FABRICADOS EM ESTRUTURA PLÁSTICA INJETADA EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO DE ALTA RESISTÊNCIA, NA COR PRETA; CONTRA-ASSENTO INJETADO EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO DE ALTA RESISTÊNCIA. UNIÃO DO ASSENTO E CONTRA-ASSENTO FEITA POR PARAFUSOS DE CABEÇA CHATA PARA PLÁSTICO. ESTRUTURA EM FORMATO DE ARCO CONFECCIONADA EM BARRA REDONDA DE AÇO SAE 1020 DE DIÂMETRO ENTRE 11 E 13MM, SOLDADA POR PROCESSO A ARCO ELÉTRICO. SAPATAS EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO INJETADO NA COR TRANSLÚCIDA. O ACABAMENTO DA ESTRUTURA DEVERÁ SER REALIZADO EM PINTURA ELETROSTÁTICA DO TIPO POLIÉSTER-EPÓXI NA COR PRATA, CINZA OU ALUMÍNIO, COM SEMIBRILHO. DIMENSÕES APROXIMADAS: LARGURA DO ENCOSTO: ENTRE 440MM E 470MM; ALTURA DO ENCOSTO: ENTRE 300MM E 450MM; LARGURA DO ASSENTO: ENTRE 450MM E 480MM; PROFUNDIDADE DO ASSENTO: ENTRE 450MM E 480MM; ALTURA DA SUPERFÍCIE DO ASSENTO: ENTRE 400 E 460MM. FABRICADA SEGUNDO OS REQUISITOS DA NORMA ABNT NBR 13962. REFERÊNCIA: CAVALETTI, FRISOKAR OU EQUIVALENTE.	151069	UNIDADE	250	R\$ 295,97	R\$ 73.992,50
2	ITEM DE AMPLA CONCORRÊNCIA - CADEIRA EMPILHÁVEL ERGONÔMICA COM BASE TRAPEZOIDAL - CADEIRA EMPILHÁVEL COM ENCOSTO E ASSENTO FIXOS ERGONÔMICOS, COM ARMAZENAMENTO COM EMPILHAMENTO MÍNIMO DE OITO CADEIRAS E BASE (PÉS) TRAPEZOIDAL. ASSENTO E ENCOSTO FABRICADOS EM ESTRUTURA PLÁSTICA INJETADA EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO DE ALTA RESISTÊNCIA, NA COR PRETA; CONTRA-ASSENTO INJETADO EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO DE ALTA RESISTÊNCIA. UNIÃO DO ASSENTO E CONTRA-ASSENTO FEITA POR PARAFUSOS DE CABEÇA CHATA PARA PLÁSTICO. ESTRUTURA EM FORMATO DE ARCO CONFECCIONADA EM BARRA REDONDA DE AÇO SAE 1020 DE DIÂMETRO ENTRE 11 E 13MM, SOLDADA POR PROCESSO A ARCO ELÉTRICO. SAPATAS EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO INJETADO NA COR TRANSLÚCIDA. O ACABAMENTO DA ESTRUTURA DEVERÁ SER REALIZADO EM PINTURA ELETROSTÁTICA DO TIPO POLIÉSTER-EPÓXI NA COR PRATA, CINZA OU ALUMÍNIO, COM SEMIBRILHO. DIMENSÕES APROXIMADAS: LARGURA DO ENCOSTO: ENTRE 440MM E 470MM; ALTURA DO ENCOSTO: ENTRE 300MM E 450MM; LARGURA DO ASSENTO: ENTRE 450MM E 480MM; PROFUNDIDADE DO ASSENTO: ENTRE 450MM E 480MM; ALTURA DA SUPERFÍCIE DO ASSENTO: ENTRE 400 E 460MM. FABRICADA SEGUNDO OS REQUISITOS DA NORMA ABNT NBR 13962. REFERÊNCIA: CAVALETTI, FRISOKAR OU EQUIVALENTE.	151069	UNIDADE	750	R\$ 295,97	R\$ 221.977,50
3	ITEM DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP - CADEIRA EMPILHÁVEL ERGONÔMICA COMUM - CADEIRA EMPILHÁVEL, MATERIAL ESTRUTURA: AÇO, COR: A DEFINIR, MATERIAL ASSENTO, ENCOSTO: POLIPROPILENO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM BRAÇO, ACABAMENTO SUPERFICIAL: PINTURA POLIÉSTER-EPÓXI EM COR A SER DEFINIDA (PRETA, PRATA OU CINZA), DIMENSÕES APROXIMADAS: ALTURA: 84 CM, LARGURA: 53 CM, PROFUNDIDADE: 48 CM. REFERÊNCIA: FRISOKAR OU EQUIVALENTE.	151069	UNIDADE	240	R\$ 125,00	R\$ 30.000,00

	4	ITEM DE AMPLA CONCORRÊNCIA - CADEIRA EMPILHÁVEL ERGONÔMICA COMUM - CADEIRA EMPILHÁVEL, MATERIAL ESTRUTURA: AÇO, COR: A DEFINIR, MATERIAL ASSENTO, ENCOSTO: POLIPROPILENO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM BRAÇO, ACABAMENTO SUPERFICIAL: PINTURA POLIÉSTER-EPÓXI EM COR A SER DEFINIDA (PRETA, PRATA OU CINZA), DIMENSÕES APROXIMADAS: ALTURA: 84 CM, LARGURA: 53 CM, PROFUNDIDADE: 48 CM. REFERÊNCIA: FRISOKAR OU EQUIVALENTE.	151069	UNIDADE	2160	R\$ 125,00	R\$ 270.000,00
GRUPO 1	5	ITEM DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP - POLTRONA PARA AUDITÓRIO COM PRANCHETA. - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE POLTRONA PARA AUDITÓRIO COM PRANCHETA. ASSENTO: EM ESTRUTURA DE MADEIRA COMPENSADA MULTILAMINADA EM FORMATO ANATÔMICO, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 13,5 MM. CONTRA-ASSENTO: CAPA DE PROTEÇÃO NO CONTRA-ASSENTO EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO, COM NO MÍNIMO 3 MM DE ESPESSURA. ACABAMENTO EM BLINDAGEM EM POLIPROPILENO INJETADO, COM MICROPERFURAÇÕES PARA MELHOR ABSORÇÃO SONORA, TEXTURIZADO, RESISTENTE A RISCOS E IMPACTOS, FIXADA À ESTRUTURA DE MODO A IMPOSSIBILITAR A FLEXÃO DO MATERIAL E CONSEQUENTE GERAÇÃO DE RUÍDOS, COMPOSTO DE ESPUMA FLEXÍVEL EM POLIURETANO INJETADO, ANTICHAMAS, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 75 MM, DENSIDADE MÍNIMA DE 58 KG/M3, REVESTIDO EM COURO ECOLÓGICO OU TECIDO POLIÉSTER, COR A DEFINIR, POUCA OU NENHUMA CONFORMAÇÃO NA BASE DO ASSENTO, DE FORMA QUE PERMITA ALTERNÂNCIA POSTURAL DO USUÁRIO, BORDA FRONTAL ARREDONDADA, DE FORMA A NÃO PREJUDICAR A CIRCULAÇÃO DOS MEMBROS INFERIORES DO USUÁRIO, DIMENSÕES APROXIMADAS: LARGURA: 480 A 500 MM, PROFUNDIDADE: 470 A 480 MM, ALTURA DO CHÃO AO ASSENTO: 440 A 460 MM, MEDIDA ENTRE OS EIXOS DOS ASSENTOS APROXIMADAS: 590 A 610 MM, ENCOSTO EM ESTRUTURA DE MADEIRA COMPENSADA MULTILAMINADA EM FORMATO ANATÔMICO, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 13,5 MM, CONTRA-ENCOSTO, CAPA DE PROTEÇÃO NO CONTRA-ENCOSTO EM POLIPROPILENO INJETADO, COM NO MÍNIMO 3 MM DE ESPESSURA E COM FURAÇÕES ESPECIAIS PARA MAIOR ABSORÇÃO SONORA, ACABAMENTO EM BLINDAGEM EM POLIPROPILENO INJETADO, COM MICROPERFURAÇÕES PARA MELHOR ABSORÇÃO SONORA, TEXTURIZADO, RESISTENTE A RISCOS E IMPACTOS, FIXADA À ESTRUTURA DE MODO A IMPOSSIBILITAR A FLEXÃO DO MATERIAL E CONSEQUENTE GERAÇÃO DE RUÍDOS, COMPOSTO DE ESPUMA FLEXÍVEL EM POLIURETANO INJETADO, ANTICHAMAS, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 75 MM, DENSIDADE MÍNIMA DE 58 KG/M3, REVESTIDO EM COURO ECOLÓGICO OU TECIDO POLIÉSTER, COR A DEFINIR, CONFORMAÇÃO ANATÔMICA PARA APOIO DA REGIÃO LOMBAR DO USUÁRIO, ALTURA APROXIMADA: 710 A 720 MM, LARGURA APROXIMADA: 470 A 480 MM, ALTURA DO CHÃO À BORDA SUPERIOR DO ENCOSTO EM RELAÇÃO À SUPERFÍCIE DO CHÃO QUANDO A ESTRUTURA ESTÁ FECHADA: 920 A 930 MM APROXIMADA. ASSENTO E ENCOSTO: COM REBATIMENTO AUTOMÁTICO SINCRONIZADO DO ASSENTO E ENCOSTO, SILENCIOSO, REBATIMENTO POR MEIO DE CONTRA-PESO, AS ESTRUTURAS E EIXOS DO SISTEMA DE REBATIMENTO DEVEM ESTAR DEVIDAMENTE EMBUTIDOS, DE FORMA A EVITAR APRISIONAMENTO DE MÃOS, DEDOS OU CABELOS DO USUÁRIO. ESTRUTURA: 2 TUBOS DE AÇO CARBONO (AÇO CARBONO SAE 1008 / AÇO CARBONO SAE 1020) NAS MEDIDAS MÍNIMAS 20 MM X 45 MM X 1,90 MM, NO SENTIDO VERTICAL, APOIADOS EM CHAPA DE AÇO DE ESPESSURA MÍNIMA DE 3,00 MM COM NO MÍNIMO 2 FUROS NA BASE PARA FIXAÇÃO AO PISO, FIXAÇÃO DO CONJUNTO DE MECANISMOS E DOS APOIOS DE BRAÇOS, PARA EXECUTAR A INTERLIGAÇÃO LONGITUDINAL ENTRE O TUBOS, POR MEIO DE EIXOS, BARRAS CHATAS, HAPAS METÁLICAS E DIVERSAS BITOLAS, TODOS OS COMPONENTES DEVEM SER FUNDIDOS POR PROCESSO MIG / MAG, LIVRE DE RESPINGOS OU DEFEITOS DE SOLDA, TODAS AS ESTRUTURAS METÁLICAS DEVEM RECEBER TRATAMENTO ANTICORROSIVO E PINTURA EPÓXI PÓ ELETROSTÁTICA NA COR PRETA, REVESTIDA COM LAMINADO PVC PRETO. BRAÇO E PRANCHETA: PAINEL DE FECHAMENTO DOS BRAÇOS TOTALMENTE INJETADO EM POLIURETANO INTEGRAL, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 30 MM, SEM USO DE	151069	UNIDADE	76	R\$ 1.024,00	R\$ 77.824,00

		MADEIRA ESTRUTURAL, SENDO QUE NAS EXTREMIDADES (CORREDORES) O FECHAMENTO SE DÊ ATÉ O PISO E NOS BRAÇOS INTERMEDIÁRIOS A PARTE INFERIOR ESTEJA ABERTA PARA MELHOR VENTILAÇÃO, APOIA-BRAÇO INTEGRADO À ESTRUTURA METÁLICA CENTRAL OU LATERAL POR MEIO DE NO MÍNIMO 2 PARAFUSOS, APOIA-BRAÇO INJETADO EM POLIURETANO TIPO INTEGRAL, TERMOFIXO, COM ALMA DE AÇO, APOIA-BRAÇO DOTADO DE MECANISMO DE ESCAMOTEAMENTO NO SENTIDO TRANSVERSAL PARA ACOMODAR O CONJUNTO DE PRANCHETA NA LATERAL, EIXO DE PIVOTAMENTO DA PRANCHETA EM AÇO, QUANDO A PRANCHETA NÃO ESTIVER SENDO UTILIZADA, DEVE PERMANECER TOTALMENTE EMBUTIDA NA ESTRUTURA, MEDIDAS MÍNIMAS DA PRANCHETA (LARGURA X COMPRIMENTO): 350 MM X 300 MM, MATERIAL DA PRANCHETA: MDF OU MDP REVESTIDO POR VERNIZ. GARANTIA DE NO MÍNIMO 3 ANOS, DEVIDAMENTE MONTADA E INSTALADA NO LOCAL A SER UTILIZADA CERTIFICADOS / RELATÓRIOS DE DESEMPENHO / CONFORMIDADE, DE ACORDO COM AS NORMAS ABNT NBR 15.878 (EDIÇÃO MAIS RECENTE), EMITIDO POR CERTIFICADORA ACREDITADA PELO INMETRO, COM ESCOPO ABRANGENDO AS REFERIDAS NORMAS.					
GRUPO 1	6	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE POLTRONA PARA AUDITÓRIO COM PRANCHETA PARA PESSOA OBESA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE POLTRONA PARA AUDITÓRIO COM PRANCHETA PARA PESSOA OBESA. ASSENTO: EM ESTRUTURA DE MADEIRA COMPENSADA MULTILAMINADA EM FORMATO ANATÔMICO, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 13,5 MM. CONTRA-ASSENTO: CAPA DE PROTEÇÃO NO CONTRA-ASSENTO EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO, COM NO MÍNIMO 3 MM DE ESPESSURA. ACABAMENTO EM BLINDAGEM EM POLIPROPILENO INJETADO, COM MICROPERFURAÇÕES PARA MELHOR ABSORÇÃO SONORA, TEXTURIZADO, RESISTENTE A RISCOS E IMPACTOS, FIXADA À ESTRUTURA DE MODO A IMPOSSIBILITAR A FLEXÃO DO MATERIAL E CONSEQUENTE GERAÇÃO DE RUÍDOS, COMPOSTO DE ESPUMA FLEXÍVEL EM POLIURETANO INJETADO, ANTICHAMAS, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 75 MM, DENSIDADE MÍNIMA DE 58 KG/M3 , REVESTIDO EM COURO ECOLÓGICO OU TECIDO POLIÉSTER, COR A DEFINIR, POUCA OU NENHUMA CONFORMAÇÃO NA BASE DO ASSENTO, DE FORMA QUE PERMITA ALTERNÂNCIA POSTURAL DO USUÁRIO, BORDA FRONTAL ARREDONDADA, DE FORMA A NÃO PREJUDICAR A CIRCULAÇÃO DOS MEMBROS INFERIORES DO USUÁRIO, DIMENSÕES APROXIMADAS: LARGURA: MÍNIMA DE 790MM, PROFUNDIDADE: 470 A 480 MM, ALTURA DO CHÃO AO ASSENTO: 440 A 460 MM, MEDIDA ENTRE OS EIXOS DOS ASSENTOS APROXIMADAS: MÍNIMA DE 75MM, ENCOSTO EM ESTRUTURA DE MADEIRA COMPENSADA MULTILAMINADA EM FORMATO ANATÔMICO, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 13,5 MM, CONTRA-ENCOSTO, CAPA DE PROTEÇÃO NO CONTRA-ENCOSTO EM POLIPROPILENO INJETADO, COM NO MÍNIMO 3 MM DE ESPESSURA E COM FURAÇÕES ESPECIAIS PARA MAIOR ABSORÇÃO SONORA, ACABAMENTO EM BLINDAGEM EM POLIPROPILENO INJETADO, COM MICROPERFURAÇÕES PARA MELHOR ABSORÇÃO SONORA, TEXTURIZADO, RESISTENTE A RISCOS E IMPACTOS, FIXADA À ESTRUTURA DE MODO A IMPOSSIBILITAR A FLEXÃO DO MATERIAL E CONSEQUENTE GERAÇÃO DE RUÍDOS, COMPOSTO DE ESPUMA FLEXÍVEL EM POLIURETANO INJETADO, ANTICHAMAS, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 75 MM, DENSIDADE MÍNIMA DE 58 KG/M3 , REVESTIDO EM COURO ECOLÓGICO OU TECIDO POLIÉSTER, COR A DEFINIR, CONFORMAÇÃO ANATÔMICA PARA APOIO DA REGIÃO LOMBAR DO USUÁRIO, ALTURA APROXIMADA: 710 A 720 MM, LARGURA APROXIMADA: MÍNIMA DE 750MM, ALTURA DO CHÃO À BORDA SUPERIOR DO ENCOSTO EM RELAÇÃO À SUPERFÍCIE DO CHÃO QUANDO A ESTRUTURA ESTÁ FECHADA : 920 A 930 MM APROXIMADA. ASSENTO E ENCOSTO: COM REBATIMENTO AUTOMÁTICO SINCRONIZADO DO ASSENTO E ENCOSTO, SILENCIOSO, REBATIMENTO POR MEIO DE CONTRA-PESO, AS ESTRUTURAS E EIXOS DO SISTEMA DE REBATIMENTO DEVEM ESTAR DEVIDAMENTE EMBUTIDOS, DE FORMA A EVITAR APRISIONAMENTO DE MÃOS, DEDOS OU CABELOS DO USUÁRIO. ESTRUTURA: 2 TUBOS DE AÇO CARBONO (AÇO CARBONO SAE 1008 / AÇO CARBONO SAE 1020) NAS MEDIDAS MÍNIMAS 20 MM X 45 MM X 1,90 MM, NO SENTIDO VERTICAL, APOIADOS EM CHAPA DE AÇO DE ESPESSURA MÍNIMA DE 3,00 MM COM NO	151069	UNIDADE	3	R\$ 1.803,33	R\$ 5.409,99

		MÍNIMO 2 FUROS NA BASE PARA FIXAÇÃO AO PISO, FIXAÇÃO DO CONJUNTO DE MECANISMOS E DOS APOIOS DE BRAÇOS, PARA EXECUTAR A INTERLIGAÇÃO LONGITUDINAL ENTRE O TUBOS, POR MEIO DE EIXOS, BARRAS CHATAS, HAPAS METÁLICAS E DIVERSAS BITOLAS, TODOS OS COMPONENTES DEVEM SER FUNDIDOS POR PROCESSO MIG / MAG, LIVRE DE RESPINGOS OU DEFEITOS DE SOLDA, TODAS AS ESTRUTURAS METÁLICAS DEVEM RECEBER TRATAMENTO ANTICORROSIVO E PINTURA EPÓXI PÓ ELETROSTÁTICA NA COR PRETA, REVESTIDA COM LAMINADO PVC PRETO. BRAÇO E PRANCHETA: PAINEL DE FECHAMENTO DOS BRAÇOS TOTALMENTE INJETADO EM POLIURETANO INTEGRAL, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 30 MM. SEM USO DE MADEIRA ESTRUTURAL, SENDO QUE NAS EXTREMIDADES (CORREDORES) O FECHAMENTO SE DÊ ATÉ O PISO E NOS BRAÇOS INTERMEDIÁRIOS A PARTE INFERIOR ESTEJA ABERTA PARA MELHOR VENTILAÇÃO, APOIA-BRAÇO INTEGRADO À ESTRUTURA METÁLICA CENTRAL OU LATERAL POR MEIO DE NO MÍNIMO 2 PARAFUSOS, APOIA-BRAÇO INJETADO EM POLIURETANO TIPO INTEGRAL, TERMOFIXO, COM ALMA DE AÇO, APOIA-BRAÇO DOTADO DE MECANISMO DE ESCAMOTEAMENTO NO SENTIDO TRANSVERSAL PARA ACOMODAR O CONJUNTO DE PRANCHETA NA LATERAL, EIXO DE PIVOTAMENTO DA PRANCHETA EM AÇO, QUANDO A PRANCHETA NÃO ESTIVER SENDO UTILIZADA, DEVE PERMANECER TOTALMENTE EMBUTIDA NA ESTRUTURA, MEDIDAS MÍNIMAS DA PRANCHETA (LARGURA X COMPRIMENTO): 350 MM X 300 MM, MATERIAL DA PRANCHETA: MDF OU MDP REVESTIDO POR VERNIZ. GARANTIA DE NO MÍNIMO 3 ANOS, DEVIDAMENTE MONTADA E INSTALADA NO LOCAL A SER UTILIZADA CERTIFICADOS / RELATÓRIOS DE DESEMPENHO / CONFORMIDADE, DE ACORDO COM AS NORMAS ABNT NBR 15.878 (EDIÇÃO MAIS RECENTE), EMITIDO POR CERTIFICADORA ACREDITADA PELO INMETRO, COM ESCOPO ABRANGENDO AS REFERIDAS NORMAS. AS DIMENSÕES DAS POLTRONAS A SEREM FORNECIDAS DEVERÃO ATENDER ÀS NORMAS DESTINADAS AOS ASSENTOS PARA PESSOAS OBRASAS, ESTABELECIDAS PELA NBR 9050/2015.					
GRUPO 2	7	ITEM DE AMPLA CONCORRÊNCIA - POLTRONA PARA AUDITÓRIO COM PRANCHETA. - POLTRONA PARA AUDITÓRIO COM PRANCHETA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE POLTRONA PARA AUDITÓRIO COM PRANCHETA. ASSENTO: EM ESTRUTURA DE MADEIRA COMPENSADA MULTILAMINADA EM FORMATO ANATÔMICO, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 13,5 MM. CONTRA-ASSENTO: CAPA DE PROTEÇÃO NO CONTRA-ASSENTO EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO, COM NO MÍNIMO 3 MM DE ESPESSURA. ACABAMENTO EM BLINDAGEM EM POLIPROPILENO INJETADO, COM MICROPERFURAÇÕES PARA MELHOR ABSORÇÃO SONORA, TEXTURIZADO, RESISTENTE A RISCOS E IMPACTOS, FIXADA À ESTRUTURA DE MODO A IMPOSSIBILITAR A FLEXÃO DO MATERIAL E CONSEQUENTE GERAÇÃO DE RUÍDOS, COMPOSTO DE ESPUMA FLEXÍVEL EM POLIURETANO INJETADO, ANTICHAMAS, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 75 MM, DENSIDADE MÍNIMA DE 58 KG/M3 , REVESTIDO EM COURO ECOLÓGICO OU TECIDO POLIÉSTER, COR A DEFINIR, POUCA OU NENHUMA CONFORMAÇÃO NA BASE DO ASSENTO, DE FORMA QUE PERMITA ALTERNÂNCIA POSTURAL DO USUÁRIO, BORDA FRONTAL ARREDONDADA, DE FORMA A NÃO PREJUDICAR A CIRCULAÇÃO DOS MEMBROS INFERIORES DO USUÁRIO, DIMENSÕES APROXIMADAS: LARGURA: 480 A 500 MM, PROFUNDIDADE: 470 A 480 MM, ALTURA DO CHÃO AO ASSENTO: 440 A 460 MM, MEDIDA ENTRE OS EIXOS DOS ASSENTOS APROXIMADAS: 590 A 610 MM, ENCOSTO EM ESTRUTURA DE MADEIRA COMPENSADA MULTILAMINADA EM FORMATO ANATÔMICO, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 13,5 MM, CONTRA-ENCOSTO, CAPA DE PROTEÇÃO NO CONTRA-ENCOSTO EM POLIPROPILENO INJETADO, COM NO MÍNIMO 3 MM DE ESPESSURA E COM FURAÇÕES ESPECIAIS PARA MAIOR ABSORÇÃO SONORA, ACABAMENTO EM BLINDAGEM EM POLIPROPILENO INJETADO, COM MICROPERFURAÇÕES PARA MELHOR ABSORÇÃO SONORA, TEXTURIZADO, RESISTENTE A RISCOS E IMPACTOS, FIXADA À ESTRUTURA DE MODO A IMPOSSIBILITAR A FLEXÃO DO MATERIAL E CONSEQUENTE GERAÇÃO DE RUÍDOS, COMPOSTO DE ESPUMA FLEXÍVEL EM POLIURETANO INJETADO, ANTICHAMAS, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 75 MM, DENSIDADE MÍNIMA DE 58 KG/M3 , REVESTIDO EM COURO	151069	UNIDADE	700	R\$ 1.024,00	R\$ 716.800,00

		ECOLÓGICO OU TECIDO POLIÉSTER, COR A DEFINIR, CONFORMAÇÃO ANATÔMICA PARA APOIO DA REGIÃO LOMBAR DO USUÁRIO, ALTURA APROXIMADA: 710 A 720 MM, LARGURA APROXIMADA: 470 A 480 MM, ALTURA DO CHÃO À BORDA SUPERIOR DO ENCOSTO EM RELAÇÃO À SUPERFÍCIE DO CHÃO QUANDO A ESTRUTURA ESTÁ FECHADA : 920 A 930 MM APROXIMADA. ASSENTO E ENCOSTO : COM REBATIMENTO AUTOMÁTICO SINCRONIZADO DO ASSENTO E ENCOSTO. SILENCIOSO, REBATIMENTO POR MEIO DE CONTRA-PESO. AS ESTRUTURAS E EIXOS DO SISTEMA DE REBATIMENTO DEVEM ESTAR DEVIDAMENTE EMBUTIDOS, DE FORMA A EVITAR APRISIONAMENTO DE MÃOS, DEDOS OU CABELOS DO USUÁRIO. ESTRUTURA: 2 TUBOS DE AÇO CARBONO (AÇO CARBONO SAE 1008 / AÇO CARBONO SAE 1020) NAS MEDIDAS MÍNIMAS 20 MM X 45 MM X 1,90 MM, NO SENTIDO VERTICAL, APOIADOS EM CHAPA DE AÇO DE ESPESSURA MÍNIMA DE 3,00 MM COM NO MÍNIMO 2 FUROS NA BASE PARA FIXAÇÃO AO PISO, FIXAÇÃO DO CONJUNTO DE MECANISMOS E DOS APOIOS DE BRAÇOS, PARA EXECUTAR A INTERLIGAÇÃO LONGITUDINAL ENTRE O TUBOS, POR MEIO DE EIXOS, BARRAS CHATAS, HAPAS METÁLICAS E DIVERSAS BITOLAS, TODOS OS COMPONENTES DEVEM SER FUNDIDOS POR PROCESSO MIG / MAG, LIVRE DE RESPINGOS OU DEFEITOS DE SOLDA, TODAS AS ESTRUTURAS METÁLICAS DEVEM RECEBER TRATAMENTO ANTICORROSIVO E PINTURA EPÓXI PÓ ELETROSTÁTICA NA COR PRETA, REVESTIDA COM LAMINADO PVC PRETO. BRAÇO E PRANCHETA: PAINEL DE FECHAMENTO DOS BRAÇOS TOTALMENTE INJETADO EM POLIURETANO INTEGRAL, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 30 MM, SEM USO DE MADEIRA ESTRUTURAL, SENDO QUE NAS EXTREMIDADES (CORREDORES) O FECHAMENTO SE DÊ ATÉ O PISO E NOS BRAÇOS INTERMEDIÁRIOS A PARTE INFERIOR ESTEJA ABERTA PARA MELHOR VENTILAÇÃO, APOIA-BRAÇO INTEGRADO À ESTRUTURA METÁLICA CENTRAL OU LATERAL POR MEIO DE NO MÍNIMO 2 PARAFUSOS, APOIA-BRAÇO INJETADO EM POLIURETANO TIPO INTEGRAL, TERMOFIXO, COM ALMA DE AÇO, APOIA-BRAÇO DOTADO DE MECANISMO DE ESCAMOTEAMENTO NO SENTIDO TRANSVERSAL PARA ACOMODAR O CONJUNTO DE PRANCHETA NA LATERAL, EIXO DE PIVOTAMENTO DA PRANCHETA EM AÇO, QUANDO A PRANCHETA NÃO ESTIVER SENDO UTILIZADA, DEVE PERMANECER TOTALMENTE EMBUTIDA NA ESTRUTURA, MEDIDAS MÍNIMAS DA PRANCHETA (LARGURA X COMPRIMENTO): 350 MM X 300 MM, MATERIAL DA PRANCHETA: MDF OU MDP REVESTIDO POR VERNIZ. GARANTIA DE NO MÍNIMO 3 ANOS, DEVIDAMENTE MONTADA E INSTALADA NO LOCAL A SER UTILIZADA CERTIFICADOS / RELATÓRIOS DE DESEMPENHO / CONFORMIDADE, DE ACORDO COM AS NORMAS ABNT NBR 15.878 (EDIÇÃO MAIS RECENTE), EMITIDO POR CERTIFICADORA ACREDITADA PELO INMETRO, COM ESCOPO ABRANGENDO AS REFERIDAS NORMAS.					
GRUPO 2	8	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE POLTRONA PARA AUDITÓRIO COM PRANCHETA PARA PESSOA OBESA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE POLTRONA PARA AUDITÓRIO COM PRANCHETA PARA PESSOA OBESA. ASSENTO: EM ESTRUTURA DE MADEIRA COMPENSADA MULTILAMINADA EM FORMATO ANATÔMICO, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 13,5 MM. CONTRA-ASSENTO: CAPA DE PROTEÇÃO NO CONTRA-ASSENTO EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO, COM NO MÍNIMO 3 MM DE ESPESSURA. ACABAMENTO EM BLINDAGEM EM POLIPROPILENO INJETADO, COM MICROPERFURAÇÕES PARA MELHOR ABSORÇÃO SONORA, TEXTURIZADO, RESISTENTE A RISCOS E IMPACTOS, FIXADA À ESTRUTURA DE MODO A IMPOSSIBILITAR A FLEXÃO DO MATERIAL E CONSEQUENTE GERAÇÃO DE RUÍDOS, COMPOSTO DE ESPUMA FLEXÍVEL EM POLIURETANO INJETADO, ANTICHAMAS, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 75 MM, DENSIDADE MÍNIMA DE 58 KG/M3 , REVESTIDO EM COURO ECOLÓGICO OU TECIDO POLIÉSTER, COR A DEFINIR, POUCO OU NENHUMA CONFORMAÇÃO NA BASE DO ASSENTO, DE FORMA QUE PERMITA ALTERNÂNCIA POSTURAL DO USUÁRIO, BORDA FRONTAL ARREDONDADA, DE FORMA A NÃO PREJUDICAR A CIRCULAÇÃO DOS MEMBROS INFERIORES DO USUÁRIO, DIMENSÕES APROXIMADAS: LARGURA: MÍNIMA DE 790MM, PROFUNDIDADE: 470 A 480 MM, ALTURA DO CHÃO AO ASSENTO: 440 A 460 MM, MEDIDA ENTRE OS EIXOS DOS ASSENTOS APROXIMADAS: MÍNIMA DE 75MM, ENCOSTO EM ESTRUTURA DE MADEIRA COMPENSADA MULTILAMINADA EM FORMATO ANATÔMICO, COM	151069	UNIDADE	16	R\$ 1.803,33	R\$ 28.853,28

	<p>ESPESSURA MÍNIMA DE 13,5 MM, CONTRA-ENCOSTO, CAPA DE PROTEÇÃO NO CONTRA-ENCOSTO EM POLIPROPILENO INJETADO, COM NO MÍNIMO 3 MM DE ESPESSURA E COM FURAÇÕES ESPECIAIS PARA MAIOR ABSORÇÃO SONORA, ACABAMENTO EM BLINDAGEM EM POLIPROPILENO INJETADO, COM MICROPERFURAÇÕES PARA MELHOR ABSORÇÃO SONORA, TEXTURIZADO, RESISTENTE A RISCOS E IMPACTOS, FIXADA À ESTRUTURA DE MODO A IMPOSSIBILITAR A FLEXÃO DO MATERIAL E CONSEQUENTE GERAÇÃO DE RUÍDOS, COMPOSTO DE ESPUMA FLEXÍVEL EM POLIURETANO INJETADO, ANTICHAMAS, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 75 MM, DENSIDADE MÍNIMA DE 58 KG/M3, REVESTIDO EM COURO ECOLÓGICO OU TECIDO POLIÉSTER, COR A DEFINIR, CONFORMAÇÃO ANATÔMICA PARA APOIO DA REGIÃO LOMBAR DO USUÁRIO, ALTURA APROXIMADA: 710 A 720 MM, LARGURA APROXIMADA: MÍNIMA DE 750MM, ALTURA DO CHÃO À BORDA SUPERIOR DO ENCOSTO EM RELAÇÃO À SUPERFÍCIE DO CHÃO QUANDO A ESTRUTURA ESTÁ FECHADA : 920 A 930 MM APROXIMADA. ASSENTO E ENCOSTO: COM REBATIMENTO AUTOMÁTICO SINCRONIZADO DO ASSENTO E ENCOSTO, SILENCIOSO, REBATIMENTO POR MEIO DE CONTRA-PESO, AS ESTRUTURAS E EIXOS DO SISTEMA DE REBATIMENTO DEVEM ESTAR DEVIDAMENTE EMBUTIDOS, DE FORMA A EVITAR APRISIONAMENTO DE MÃOS, DEDOS OU CABELOS DO USUÁRIO. ESTRUTURA: 2 TUBOS DE AÇO CARBONO (AÇO CARBONO SAE 1008 / AÇO CARBONO SAE 1020) NAS MEDIDAS MÍNIMAS 20 MM X 45 MM X 1,90 MM, NO SENTIDO VERTICAL, APOIADOS EM CHAPA DE AÇO DE ESPESSURA MÍNIMA DE 3,00 MM COM NO MÍNIMO 2 FUROS NA BASE PARA FIXAÇÃO AO PISO, FIXAÇÃO DO CONJUNTO DE MECANISMOS E DOS APOIOS DE BRAÇOS, PARA EXECUTAR A INTERLIGAÇÃO LONGITUDINAL ENTRE O TUBOS, POR MEIO DE EIXOS, BARRAS CHATAS, HAPAS METÁLICAS E DIVERSAS BITOLAS, TODOS OS COMPONENTES DEVEM SER FUNDIDOS POR PROCESSO MIG / MAG, LIVRE DE RESPINGOS OU DEFEITOS DE SOLDA, TODAS AS ESTRUTURAS METÁLICAS DEVEM RECEBER TRATAMENTO ANTICORROSIVO E PINTURA EPÓXI PÓ ELETROSTÁTICA NA COR PRETA, REVESTIDA COM LAMINADO PVC PRETO. BRAÇO E PRANCHETA: PAINEL DE FECHAMENTO DOS BRAÇOS TOTALMENTE INJETADO EM POLIURETANO INTEGRAL, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 30 MM, SEM USO DE MADEIRA ESTRUTURAL, SENDO QUE NAS EXTREMIDADES (CORREDORES) O FECHAMENTO SE DÊ ATÉ O PISO E NOS BRAÇOS INTERMEDIÁRIOS A PARTE INFERIOR ESTEJA ABERTA PARA MELHOR VENTILAÇÃO, APOIA-BRAÇO INTEGRADO À ESTRUTURA METÁLICA CENTRAL OU LATERAL POR MEIO DE NO MÍNIMO 2 PARAFUSOS, APOIA-BRAÇO INJETADO EM POLIURETANO TIPO INTEGRAL, TERMOFIXO, COM ALMA DE AÇO, APOIA-BRAÇO DOTADO DE MECANISMO DE ESCAMOTEAMENTO NO SENTIDO TRANSVERSAL PARA ACOMODAR O CONJUNTO DE PRANCHETA NA LATERAL, EIXO DE PIVOTAMENTO DA PRANCHETA EM AÇO, QUANDO A PRANCHETA NÃO ESTIVER SENDO UTILIZADA, DEVE PERMANECER TOTALMENTE EMBUTIDA NA ESTRUTURA, MEDIDAS MÍNIMAS DA PRANCHETA (LARGURA X COMPRIMENTO): 350 MM X 300 MM, MATERIAL DA PRANCHETA: MDF OU MDP REVESTIDO POR VERNIZ. GARANTIA DE NO MÍNIMO 3 ANOS, DEVIDAMENTE MONTADA E INSTALADA NO LOCAL A SER UTILIZADA CERTIFICADOS / RELATÓRIOS DE DESEMPENHO / CONFORMIDADE, DE ACORDO COM AS NORMAS ABNT NBR 15.878 (EDIÇÃO MAIS RECENTE), EMITIDO POR CERTIFICADORA ACREDITADA PELO INMETRO, COM ESCOPO ABRANGENDO AS REFERIDAS NORMAS. AS DIMENSÕES DAS POLTRONAS A SEREM FORNECIDAS DEVERÃO ATENDER ÀS NORMAS DESTINADAS AOS ASSENTOS PARA PESSOAS OBESAS, ESTABELECIDAS PELA NBR 9050/2015.</p>					
9	<p>CADEIRA MÓVEL PARA PESSOA OBESA - CADEIRA MÓVEL PARA PESSOA OBESA - ASSENTO E ENCOSTO: MATERIAL: COMPENSADO MULTILAMINADO REVESTIDO EM TECIDO OU COURVIN. ESPUMA: LAMINADA DE NO MÍNIMO 60MM. COR: À DEFINIR. UNIÃO: DUAS LÂMINA DE AÇO. ESTRUTURA: MATERIAL: TUBO DE AÇO RETANGULAR, 30X50MM. COM TRATAMENTO ANTI-FERRUGEM E CORROSÃO. PINTURA: EPÓXI-PÓ NA COR PRETA. PONTEIRAS: INTERNAS EM POLIPROPILENO INJETADO. DIMENSÕES APROXIMADAS: ASSENTO: 750 X 480MM. ENCOSTO: 750 X 480M. ALTURA ATÉ O ASSENTO: 410MM. ALTURA</p>	151069	UNIDADE	30	R\$ 570,21	R\$ 17.106,30

	ATÉ O ENCOSTO: 910MM. LARGURA TOTAL: 840MM. PROFUNDIDADE: 610MM. CARACTERÍSTICA ADICIONAL: COM APOIO DE BRAÇO. AS DIMENSÕES DAS POLTRONAS A SEREM FORNECIDAS DEVERÃO ATENDER ÀS NORMAS DESTINADAS AOS ASSENTOS PARA PESSOAS OBESAS, ESTABELECIDAS PELA NBR 9050/2015.					
10	CADEIRA CAIXA ALTA GIRATÓRIA - CADEIRA CAIXA ALTA; TIPO DA BASE: GIRATÓRIA; MATERIAL DA ESTRUTURA: AÇO; MATERIAL DO ASSENTO/ENCOSTO: ESPUMA INJETADA; SAPATA: FIXA; REVESTIMENTO: COURO SINTÉTICO; COR: PRETA; CAPACIDADE MÍNIMA SUPOSTADA: 90KG; DIMENSÕES: LARGURA ENTRE 45 E 55 CM, ALTURA DO ENCOSTO MAIOR OU IGUAL A 35 CM, PROFUNDIDADE DO ASSENTO ENTRE 40 E 50 CM, ALTURA MÍNIMA DO ASSENTO MAIOR OU IGUAL A 55 CM, ALTURA MÁXIMA DO ASSENTO MAIOR OU IGUAL A 65 CM; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM REGULAGEM VERTICAL; COM APOIO PARA OS PÉS; SEM APOIO DE BRAÇOS. MARCA DE REFERÊNCIA: CADEIRA BRASIL, LYAM DECOR OU EQUIVALENTE.	151069	UNIDADE	30	R\$ 475,87	R\$ 14.276,10
11	BANQUETA DE MADEIRA - BANQUETA, MATERIAL ESTRUTURA: MADEIRA, TIPO ASSENTO:FIXO, MATERIAL BASE ASSENTO: MADEIRA BRUTA, ACABAMENTO ESTRUTURA: PINTADO, CARACTERÍSTICA ASSENTO: CIRCULAR MADEIRA, REVESTIMENTO ASSENTO: SEM REVESTIMENTO, COR ASSENTO: BRANCA, COR ESTRUTURA: BRANCA, DIMENSÕES APROXIMADAS: ALTURA: 45 A 47cm; DIÂMETRO ASSENTO: 30cm.	150525	UNIDADE	100	R\$ 173,90	R\$ 17.390,00
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO:</b>						<b>R\$ 1.473.629,67</b>



**1.2.** Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

**1.3.** Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015.

**1.4.** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data da homologação dos itens.

## **2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** O pedido de compras constante às fls. 02-04 refere-se à aquisição de mobiliário – cadeiras, poltronas e banquetas.

**2.2.** Visando a consolidação da missão da Universidade Federal de Lavras em manter e promover a excelência no ensino, na pesquisa e na extensão, produzindo e disseminando o conhecimento científico e tecnológico de alta qualidade na sociedade, contribuindo para formação do ser humano e profissional criativo, competente, crítico-reflexivo e comprometido com a ética para uma sociedade mais justa e democrática, faz-se mister a disponibilização de recursos que suportem que a instituição atinja tais objetivos.

**2.3.** Neste aspecto, é necessário que a instituição ofereça condições estruturais físico-pedagógicas para o desenvolvimento de suas atividades. Desta maneira, é essencial que a Universidade disponha dos materiais ora requisitados para os fins a que se destinam, visando atender os seus departamentos de forma a cumprir satisfatoriamente sua missão institucional.

**2.4.** Ademais, no presente processo licitatório serão necessários ao fornecimento dos materiais constantes nos itens **05 e 06** (poltronas de auditório comuns e para obesos exclusivas para ME/EPP) e **07 e 08** (poltronas de auditório comuns e para obesos destinadas à ampla concorrência) a formação de dois grupos pelos motivos abaixo dispostos.

**2.5.** Conforme supramencionado, os itens constantes nos grupos referem-se à aquisição de poltronas que serão utilizadas em auditório e salas de videoconferência da instituição. Neste sentido, por força do Decreto nº 9.404/18, que altera o art. 23 do Decreto nº 5.296/04, estabelece-se, para este tipo de local, percentual de assentos destinados às pessoas obesas.

**2.6.** Desta maneira, a criação de dois grupos se justifica, primeiramente, por respeitar a aplicabilidade legal do benefício Tipo I a um grupo e ao outro a destinação à ampla concorrência, e também assegurar a padronização do modelo, cor e material das poltronas, que serão instaladas em cada sala/auditório específicos.

**2.7.** A adoção do Sistema de Registro de Preços neste certame licitatório se justifica inicialmente tendo em vista a aquisição dos bens requisitados frequentemente, contudo não se sabe com absoluta certeza, em qual momento a contratação será possível, vista principalmente a irregularidade do fluxo de disponibilização de créditos orçamentários. Em outro sentido o sistema de registro de preços se justifica pois possibilita a previsão de entregas parceladas, uma vez que, o almoxarifado da UFLA (Diretoria de Materiais e Patrimônio) não possui espaço suficiente para estocar todos os equipamentos demandados pela UFLA para o período de um ano. Por fim, o quantitativo dos itens requisitados, devido à sua natureza/utilização, depende diretamente de estruturação/expansão da UFLA, impossibilitando, desta maneira, precisar o quantitativo a ser utilizado. Deste modo, esta solicitação de compras no Sistema de Registros de Preços se justifica por estar de acordo com os incisos I, II e IV do Art. 3º do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

### **3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

**3.1.** Os objetos a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei 10.520, de 2002: “Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado”.

### **4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**4.1.** O prazo de entrega dos bens é de até 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento da Nota de Empenho, na Diretoria de Materiais e Patrimônio, localizada no *Campus* Universitário, que poderá solicitar o encaminhamento dos mesmos para outros locais da Universidade, com todas as despesas pagas pelo licitante vencedor.

**4.1.1.** Deverão os licitantes vencedores do certame comunicar à UFLA, por intermédio da Diretoria de Materiais e Patrimônio, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que anteceder ao vencimento do prazo de entrega dos itens adjudicados, a impossibilidade do cumprimento do fornecimento, informando os motivos correlatos.

**4.1.2.** Para fins de prorrogação do prazo de entrega, só serão analisados, pela autoridade competente, os pedidos solicitados formalmente antes de findado o prazo fixado, nos termos do art. 57, §1º e 2º da Lei 8.666/93. Pedidos solicitados após o término do prazo de entrega não serão analisados.

**4.2.** Os bens serão recebidos provisoriamente pela Diretoria de Materiais e Patrimônio, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

**4.3.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação do licitante vencedor, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**4.3.1.** Caso a substituição não ocorra no prazo definido no item anterior, estará o licitante vencedor incorrendo em atraso na entrega, sujeito à aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência.

**4.4.** Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

**4.5.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

### **5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**5.1.** São obrigações da Contratante:

**5.1.1.** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

**5.1.2.** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**5.1.3.** comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

**5.1.4.** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

**5.1.5.** efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

**5.2.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**6.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

**6.1.1.** efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, no que couber;

**6.1.1.1.** todos os objetos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, a contar da data do recebimento definitivo do objeto da contratação, exceto se especificado diferente na descrição do item, prevalecendo o prazo que for maior;

**6.1.1.2.** a garantia dos produtos é aplicável aos defeitos de fabricação ou de funcionamento e aos problemas relacionados à instalação do produto de responsabilidade do licitante vencedor;

**6.1.2.** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**6.1.3.** substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos, preferencialmente nas dependências da UFLA;

**6.1.3.1.** a Contratada terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a solicitação formal da assistência técnica por parte da unidade solicitante da UFLA, para realizar a manutenção corretiva, sem ônus para a UFLA;

**6.1.3.2.** caso os produtos apresentem qualquer defeito durante o período em garantia, quaisquer ônus com materiais, peças ou componentes substituídos, supervisão técnica e/ou operacional, transporte, diárias e demais despesas decorrentes da prestação do serviço correrão por conta da Contratada;

**6.1.3.3.** caso necessário, a Contratada se responsabilizará pelo envio e acompanhamento dos produtos junto aos respectivos fabricantes, sendo que, quaisquer ônus com transporte, diárias e demais despesas decorrentes da prestação do serviço correrão por conta da Contratada;

**6.1.4.** comunicar à Contratante, por meio da Diretoria de Materiais e Patrimônio, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**6.1.5.** manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**6.1.6.** indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

## **7. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**7.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**8.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **9. DO PAGAMENTO**

**9.1.** O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**9.2.** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

**9.3.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

**9.3.1.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

**9.4.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**9.5.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**9.6.** Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

**9.7.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

**9.8.** Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

**9.9.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**9.10.** Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

**9.11.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

**9.11.1.** Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

**9.12.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**9.12.1.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à

apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**9.13.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**10.1.** Com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e no art. 28 do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, o licitante será sancionado com o impedimento de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF e no cadastro de fornecedores da UFLA, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas e sanções previstas neste Edital e nas demais cominações legais, nos seguintes casos:

Ocorrência	Penalidades que poderão ser aplicadas	Detalhamento da conduta praticada
Cometer fraude fiscal.	Impedimento de licitar e contratar com quaisquer órgãos/entidades da União, pelo prazo de 40 (quarenta) meses.	<p><b>Rol exemplificativo:</b></p> <p>Fazer declaração falsa sobre seu enquadramento fiscal;</p> <p>Omitir informações em suas notas fiscais ou de outrem;</p> <p>Falsificar ou alterar quaisquer notas fiscais.</p>
Apresentar documento falso.	Impedimento de licitar e contratar com quaisquer órgãos/entidades da União pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.	<p><b>Rol exemplificativo:</b></p> <p>Omitir informações em quaisquer documentos exigidos no certame licitatório; adulterar documento, público ou particular, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade.</p> <p>Adulterar documento, público ou particular, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade.</p>

<p>Comportar-se de modo inidôneo.</p>	<p>Impedimento de licitar e de contratar com quaisquer órgãos/entidades da União pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.</p>	<p><b>Definição:</b></p> <p>Considera-se comportar-se de maneira inidônea a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como: frustrar ou fraudar o caráter competitivo do procedimento licitatório; agir em conluio ou em desconformidade com a lei; induzir deliberadamente a erro no julgamento; prestar informações falsas; apresentar documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de suas informações.</p> <p><b>Rol exemplificativo:</b></p> <p>Praticar atos comprovadamente realizados com má-fé ou dolo.</p> <p>Participação, na licitação, de empresa constituída com a finalidade de burlar penalidade aplicada anteriormente, a qual será constatada mediante a verificação dos quadros societários, objetos sociais e/ou endereços, da empresa participante e da penalizada anteriormente.</p> <p>Declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.</p>
<p>Não celebrar o contrato ou a Ata de Registro de Preços ou não assinar o Termo de Contrato ou não aceitar/retirar o instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.</p>	<p>Impedimento do direito de licitar e contratar com quaisquer órgão/entidades da União pelo período de 4 (quatro) meses.</p>	<p><b>Rol exemplificativo:</b></p> <p>Recusar-se ou deixar de assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de validade da sua proposta.</p> <p>Recusar-se ou deixar de receber a Nota de Empenho referente à Ata de Registro de Preços.</p>
<p>Deixar de entregar a documentação exigida no certame.</p>	<p>Impedimento de licitar e contratar com quaisquer órgãos/entidades da União pelo prazo de até 2 (dois) meses.</p>	<p><b>Rol exemplificativo:</b></p> <p>Deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos pelo edital de licitação;</p> <p>Recusar-se ou deixar de enviar a proposta via Sistema Comprasnet ou remessa postal;</p> <p>Recusar-se ou deixar de responder diligência realizada pela UFLA, durante a análise da proposta;</p> <p>Deixar de manter as condições de habilitação e endereço atualizado no SICAF.</p>

<p>Não manter a proposta.</p>	<p>Impedimento de licitar e de contratar com quaisquer órgãos/entidades da União pelo período de 4 (quatro) meses.</p>	<p><b>Definição:</b></p> <p>Considera-se não manter a proposta a ausência de envio desta, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento.</p> <p><b>Rol exemplificativo:</b></p> <p>Não manter sua proposta ou solicitar o cancelamento do lance depois de finalizada a etapa de disputa ou, ainda, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no Edital e seus Anexos;</p> <p>Recusar-se ou deixar de enviar documentos necessários à análise da proposta, previstos no Edital;</p> <p>Desistir expressamente de sua proposta, após a abertura da licitação.</p>
<p>Ensejar o retardamento da execução do certame.</p>	<p>Impedimento de licitar e de contratar com quaisquer órgãos/entidades da União pelo período de 4 (quatro) meses.</p>	<p><b>Definição:</b></p> <p>Considera-se retardamento na execução do certame qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento do certame, evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou ainda que atrase a assinatura do contrato ou Ata de Registro de Preços.</p>
<p>Falhar na execução do contrato.</p>	<p>Impedimento de licitar e de contratar com quaisquer órgãos/entidades da União pelo prazo de 12 (doze) meses.</p>	<p><b>Definição:</b></p> <p>Considera-se falhar na execução contratual o inadimplemento de obrigação assumida pelo contratado.</p> <p><b>Rol exemplificativo:</b></p> <p>Recusar-se ou deixar de fornecer quaisquer dos itens registrados;</p> <p>Atrasar a entrega de quaisquer dos itens solicitados por prazo <b>superior a 30 (trinta) dias</b>;</p> <p>Entregar produtos ou prestar serviços com características diversas daquelas constantes de sua proposta (salvo se mediante devida comprovação quanto à equivalência em processo administrativo adequado e aprovado pela autoridade competente) ou na Ata de Registro de Preços, recusando-se ou deixando de substituí-lo no prazo fixado pela UFLA;</p>

		Deixar de prestar garantia técnica a quaisquer dos itens relativos à licitação, dentro do prazo exigido no instrumento convocatório.
Fraudar na execução do contrato.	Impedimento de licitar e de contratar com quaisquer órgãos/entidades da União pelo prazo de 30 (trinta) meses.	<b>Definição:</b> Considera-se fraudar na execução contratual a prática de qualquer ato destinado a obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública.

**10.2.** Para além das sanções previstas no subitem anterior, o licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no mesmo dispositivo ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**10.2.1.** advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

**10.2.2.** multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

**10.2.3.** suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

**10.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

**10.3.** Além do previsto nos subitens anteriores, pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas e pela verificação de quaisquer das situações previstas no art. 78, incisos I a XI, da Lei nº 8.666/93, a Administração poderá aplicar ao licitante vencedor as seguintes penalidades, sem o prejuízo de outras e da responsabilidade civil e criminal:

**10.3.1.** multa de 0,1% (zero vírgula um por cento), por dia de atraso, sobre o valor da parcela inadimplida no descumprimento das obrigações assumidas até o 30º (trigésimo) dia;

**10.3.2.** multa de 0,5 % (cinco décimos por cento), por dia de atraso, sobre o valor do contrato, no descumprimento das obrigações assumidas, após o 30º (trigésimo) dia, limitado a 10% (dez por cento) do valor da parcela inadimplida, sem prejuízo das demais penalidades;

**10.3.3.** multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no descumprimento das obrigações assumidas;

**10.3.4.** Para fins de base de cálculo para dosimetria da sanção de multa, a qual se sujeita o licitante/adjudicatário, consideram-se como parâmetros, a variar de acordo com o momento da ocorrência: o valor total da proposta; o valor remanescente da Ata de Registro de Preços; o valor da Nota de Empenho.

**10.4.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**10.5.** Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

**10.5.1.** tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**10.5.2.** tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;



**10.5.3.** demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**10.6.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

**10.7.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**10.8.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.